

DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412063134M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

7º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PC/MG

CARGO:

Delegado de Polícia Substituto

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PC MG – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
– 7º SIMULADO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO
(PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

1

É correto afirmar que o Direito Administrativo é uma área jurídica autônoma que:

- (A) regula exclusivamente as relações entre a Administração Pública e os seus servidores públicos.
- (B) está subordinado às regras do Direito Constitucional, mas mantém autonomia quanto ao Direito Civil e Penal.
- (C) possui como base normativa a relação entre a Administração Pública e os particulares, tendo por objeto a gestão da coisa pública.
- (D) tem como princípio norteador a supremacia do interesse público, que pode sobrepor-se a qualquer garantia constitucional.
- (E) não admite a aplicação subsidiária de princípios do Direito Privado.

2

É correto afirmar que a distinção entre regimes jurídicos público e privado na Administração Pública está na:

- (A) aplicação exclusiva de normas públicas às autarquias, excluindo entidades paraestatais.
- (B) utilização do regime privado para contratar servidores efetivos da Administração direta.
- (C) prevalência do regime público, caracterizado pela indisponibilidade do interesse público e pela supremacia da Administração sobre os particulares.
- (D) impossibilidade de coexistência de regimes públicos e privados em uma mesma entidade pública.
- (E) exclusividade do regime privado para sociedades de economia mista, sem controle estatal direto.

3

Os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 são considerados balizadores da atuação administrativa. Sobre esses princípios, analise as afirmativas abaixo.

- I – O princípio da impessoalidade impede que agentes públicos sejam favorecidos ou prejudicados na aplicação de políticas públicas, garantindo tratamento equitativo a todos.
- II – A publicidade dos atos administrativos é absoluta, sendo vedada qualquer restrição à transparência em nome do sigilo.
- III – O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional n. 19/1998, exige que a Administração Pública não apenas cumpra a legalidade, mas também maximize os resultados obtidos com os recursos disponíveis.
- IV – A moralidade administrativa se restringe à observância da legalidade formal, não admitindo controle de condutas que, embora legais, violem padrões éticos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

4

O poder de polícia da Administração Pública é essencial para a garantia da ordem pública e da convivência social. Sobre o exercício desse poder, analise as afirmativas abaixo.

- I – O poder de polícia é indelegável em sua totalidade, ainda que a sua execução material possa ser atribuída a particulares.
- II – O poder de polícia admite a cobrança de taxas como contraprestação direta pela fiscalização ou pela utilização de serviços públicos específicos.
- III – O abuso no exercício do poder de polícia pode ser controlado pelo Poder Judiciário, mas este não pode se imiscuir no mérito do ato administrativo discricionário.
- IV – É de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito (art. 1º do Decreto n. 20.910/1932).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

5

Com base nos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

- I – Atos discricionários somente podem ser revogados pela Administração, e não anulados.
- II – A vinculação em um ato administrativo ocorre quando a lei impõe à Administração o dever de realizar o ato de forma determinada, sem margem de escolha.
- III – A discricionariedade confere à Administração Pública ampla liberdade para descumprir os princípios constitucionais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

6

Sobre as formas de organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I – A descentralização ocorre exclusivamente por outorga, sendo vedada a sua realização por delegação contratual.
- II – A desconcentração pressupõe a criação de órgãos no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, com distribuição interna de competências, sem transferência de personalidade jurídica.
- III – A descentralização administrativa por colaboração envolve a transferência de titularidade e execução de serviços públicos para pessoas jurídicas de direito privado.
- IV – Tanto a descentralização quanto a desconcentração permitem o controle administrativo, mas apenas a primeira admite o controle hierárquico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) I, II, III e IV.

7

A Constituição da República Federativa do Brasil, nos arts. 37 a 43, estabelece normas fundamentais sobre a Administração Pública. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas podem ser acessados por concurso público de provas ou de provas e títulos, admitindo-se exceções para cargos em comissão, que são exclusivamente de chefia, direção e assessoramento.
- (B) O art. 39 da Constituição prevê expressamente a unicidade de regimes jurídicos para os servidores da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas, sendo vedada qualquer distinção entre servidores efetivos e comissionados.
- (C) O art. 40 assegura aos servidores públicos titulares de cargos efetivos regime próprio de previdência, cujos critérios podem ser definidos unilateralmente pelo ente federativo sem necessidade de respeitar regras gerais.
- (D) A publicidade dos atos, contratos e programas públicos é facultativa, mas o art. 37 ressalva que pode haver sigilo em casos de interesse público devidamente justificados em lei.
- (E) O art. 43 trata exclusivamente da organização administrativa das fundações públicas, fixando os princípios que regem seu funcionamento no âmbito da União e dos Estados.

8

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus arts. 13 a 38, trata da organização do Estado, das competências do poder público e dos direitos fundamentais. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A atividade administrativa do Estado se organizará em sistemas, principalmente a de planejamento, a de finanças e a de administração geral.
- (B) É proibido ao Estado criar órgão, dotado de autonomia financeira e administrativa, segundo a lei, sob a denominação de órgão autônomo.
- (C) Depende de lei específica: a instituição e a extinção de autarquia, fundação pública e órgão autônomo.
- (D) Ressalvada a entidade a que se refere o § 14 do art. 36, ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com personalidade jurídica de direito público, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) As relações jurídicas entre o Estado e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão, permissão ou autorização, são regidas pelo direito público.

9

Com base no Decreto n. 46.549/2014, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Progressão é a passagem do policial civil do grau em que se encontra para o grau subsequente, no mesmo nível da carreira a que pertence, observado o disposto no art. 93 da Lei Complementar n. 129/2013.
- (B) Aplicam-se à progressão as regras relacionadas ao efetivo exercício das funções do cargo e à suspensão da contagem de tempo de exercício das funções previstas neste Decreto para as promoções.
- (C) A progressão ocorrerá independentemente de requerimento do interessado, em qualquer data do ano, após o implemento do período aquisitivo, contado do posicionamento do servidor no cargo que ocupa, por ato do Diretor da unidade de administração de pessoal da PCMG.
- (D) A progressão produzirá efeitos a partir da data do implemento do tempo, satisfeitos os demais requisitos de que tratam a Lei Complementar n. 129/2013.
- (E) A evolução de grau implica em ascensão hierárquica.

10

Sobre a Lei Estadual n. 5.406/1969, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada no caso da falta grave ou de reincidência.
- (B) O servidor policial suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- (C) A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade em multa, na base de oitenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, sendo o servidor, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.
- (D) A pena de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamentos.
- (E) Será aplicada a pena de demissão, nos casos de abandono de cargo.

Lei Orgânica da PCMG**Eduardo Galante****11**

Relativamente à Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, indique a alternativa correta.

- (A) O Chefe da PCMG tem prerrogativas do cargo de Secretário de Estado e vantagens e padrão remuneratório correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio de um Deputado Estadual.
- (B) O Chefe da PCMG ficará afastado de suas funções pelo cometimento de infração penal cuja sanção cominada seja de natureza dolosa, observado o disposto no Código de Ética da Instituição.
- (C) É uma função de polícia judiciária a requisição da apresentação de presos do sistema prisional em órgão ou unidade da PCMG, para fins de investigação criminal.
- (D) O exercício da investigação criminal tem início com o conhecimento de ato ou fato passível de caracterizar infração penal ou ilícito civil e se encerra com a apuração da infração penal, do ato ilícito civil, do ato infracional ou com o exaurimento das possibilidades instaurativas.
- (E) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, organizar estatísticas de segurança pública e elaborar o parecer sobre tais dados.

12

Nos termos da Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, marque a alternativa correta.

- (A) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, organizar e executar os serviços de identificação civil e criminal, bem como gerir o acervo e o banco de dados correspondentes, inclusive para as atividades de DNA Forense.
- (B) Os Departamentos de Polícia Civil, a Divisão de Polícia Interestadual e a Casa de Custódia da Polícia Civil subordinam-se ao Departamento de Atividades Operacionais e o Instituto de Criminologia e o Colégio Ordem e Progresso subordinam-se ao Departamento de Ensino e Pesquisa Policiais.
- (C) É uma função de polícia judiciária a instauração e formalização de inquérito policial, de termo circunstanciado de ocorrência e de procedimento para apuração de ato infracional.
- (D) À PCMG é assegurada autonomia administrativa, operacional, operativa e financeira.
- (E) As funções constitucionais da PCMG são tangíveis e podem, nos termos legais vigentes, ser desempenhadas por ocupantes das carreiras que a integram a Secretaria de Segurança Pública.

13

Em conformidade com a Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos de polícia judiciária serão fiscalizados direta ou indiretamente pelo Ministério Público Estadual.
- (B) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, organizar, cumprir e fazer cumprir os mandados judiciais de prisão e de busca domiciliar.
- (C) É uma função da polícia judiciária o exame preliminar a respeito da tipicidade penal, ilicitude, culpabilidade, punibilidade e demais circunstâncias relacionadas à persecução penal ou transgressão ilícito administrativa.
- (D) Além dos princípios referidos nesta lei, orientam a investigação criminal e o exercício das funções de polícia judiciária, a disponibilidade do interesse público, a finalidade coletiva, a proporcionalidade funcional, a obrigatoriedade de atuação, a autoridade, a oficialidade dos atos institucionais, o sigilo e a imparcialidade da investigação.
- (E) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, desenvolver atividades de ensino, extensão e pesquisa, em caráter formativo, objetivando o aprimoramento de suas competências institucionais e o desempenho das missões legalmente previstas.

14

Conforme previsto na Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, indique a alternativa correta.

- (A) A PCMG subordina-se diretamente ao Governador do Estado e integra, para fins operacionais, o Gabinete da Governadoria Estadual.
- (B) A direção da polícia judiciária cabe, em todo o Estado, aos Delegados de Polícia de carreira, nos limites de suas circunscrições e excepcionalmente nos casos legalmente previstos, aos demais integrantes da carreira policial.
- (C) É uma função de polícia judiciária as delegações às Polícias Administrativa e Penal para realização de diligências para a apuração de infrações penais e atos infracionais.

(D) A PCMG, órgão autônomo, essencial à segurança pública, à realização da justiça e à defesa das instituições democráticas, fundada na promoção da cidadania, da dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tem por objetivo, no território do Estado, em conformidade com a Constituição do Estado, dentre outros, o exercício das funções de preservação das instituições políticas e jurídicas.

(E) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, exercer o controle e a fiscalização de suas armas e munições, de explosivos, fogos de artifício e demais produtos controlados, observada a legislação estadual e as normas internacionais sobre o uso de armamentos.

15

No que diz respeito à Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, marque a alternativa correta.

- (A) As Delegacias de Polícia Civil, de âmbito territorial e de atuação especializada, são dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, e as Delegacias Regionais de Polícia Civil e as Divisões de Polícia Especializada, por Delegados de Polícia de, no mínimo, nível especial.
- (B) A Chefia da PCMG, órgão estratégico da PCMG, será exercida pelo Chefe da PCMG.
- (C) É uma função de polícia judiciária a suscitação sobre a autuação da prisão em flagrante e em virtude de mandado judicial e a concessão de fiança.
- (D) É competência da PCMG, dentre outras previstas legalmente, organizar e realizar ações de inteligência e de controle de dados, bem como participar de sistemas integrados de informações e de banco de dados de órgãos públicos municipais, estaduais, federais e de entidades privadas, nacionais e estrangeiras.
- (E) A investigação criminal tem caráter técnico-jurídico-científico e produz, em articulação com o sistema de justiça, conhecimentos e indicadores sociopolíticos, econômicos, estruturais e culturais que se revelam no fenômeno criminal.

Direito Constitucional**Samuel Marques****16**

Em uma aula de Direito Constitucional, os alunos discutiam os limites constitucionais e jurisprudenciais relacionados à elegibilidade e inelegibilidade de candidatos a cargos públicos. O debate envolveu, especialmente, a interpretação do § 7º do art. 14 da Constituição da República, que trata da inelegibilidade reflexa de cônjuges, companheiros ou parentes de Chefes do Poder Executivo. A professora apresentou dois cenários: (i) o exercício do cargo de Presidente da Casa Legislativa por cônjuge do Chefe do Poder Executivo, e (ii) a manutenção da inelegibilidade reflexa em caso de dissolução do vínculo conjugal durante o mandato.

Com base nos fundamentos constitucionais e nos entendimentos do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) O § 7º do art. 14 da Constituição da República veda que cônjuges ou parentes até o segundo grau do Chefe do Poder Executivo ocupem o cargo de Presidente das Casas Legislativas, independentemente da ausência de previsão expressa no texto constitucional.
- (B) A dissolução do vínculo conjugal, ocorrida durante o mandato do Chefe do Poder Executivo, afasta a inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do art. 14 da Constituição da República, permitindo a candidatura do ex-cônjuge.
- (C) O § 7º do art. 14 da Constituição da República não impede que cônjuges ou parentes até o segundo grau do Chefe do Poder Executivo ocupem o cargo de Presidente das Casas Legislativas, pois a norma não se aplica a essa hipótese.
- (D) A inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do art. 14 da Constituição da República aplica-se a todos os cargos públicos, incluindo o exercício de função em Casas Legislativas e em órgãos da administração pública indireta.
- (E) A dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato do Chefe do Poder Executivo extingue automaticamente a inelegibilidade reflexa, desde que seja provada a ausência de vínculo político entre as partes.

17

Em um debate público, um vereador apresentou um projeto de lei municipal que proibia o uso da chamada "linguagem neutra" nas escolas públicas de sua cidade, alegando que essa prática violaria o ensino correto da língua portuguesa. O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito, mas gerou questionamentos sobre sua validade constitucional. Especialistas argumentaram que a regulação do ensino do idioma oficial no Brasil, incluindo normas relacionadas à linguagem neutra, deve respeitar as competências estabelecidas pela Constituição Federal.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e a interpretação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) A lei municipal é válida, pois os municípios possuem competência para legislar sobre temas relacionados à educação básica, incluindo normas específicas sobre o uso da língua portuguesa.
- (B) O projeto de lei municipal afronta a Constituição Federal, pois a regulação do ensino do idioma oficial brasileiro é de competência privativa da União, que legisla sobre diretrizes e bases da educação.
- (C) Os Estados e Municípios podem legislar sobre o ensino do idioma oficial em suas redes públicas, desde que as normas não contradigam as diretrizes estabelecidas pela União.
- (D) A União possui competência privativa para legislar sobre o idioma oficial, mas as leis estaduais e municipais podem complementar as normas federais sobre o uso da linguagem neutra no ensino.
- (E) O projeto de lei municipal não apresenta vícios de inconstitucionalidade, desde que a medida seja aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

18

Um cidadão ingressou com ação judicial contra a administração pública, solicitando a remoção de crucifixos e outros símbolos religiosos expostos em repartições públicas de sua cidade, argumentando que tal prática violaria o princípio da laicidade estatal. Em sua defesa, o ente público sustentou que a presença desses símbolos reflete a tradição cultural da sociedade brasileira, não representando discriminação nem ferindo a neutralidade do Estado perante as religiões.

Com base nos princípios constitucionais e na interpretação do STF, é correto afirmar que:

- (A) a presença de símbolos religiosos em prédios públicos é inconstitucional, pois viola o princípio da laicidade estatal, que exige a separação total entre o Estado e as manifestações religiosas.
- (B) a remoção de símbolos religiosos de prédios públicos é obrigatória, independentemente de sua relevância histórica ou cultural, para garantir o princípio da impessoalidade da administração pública.
- (C) a presença de símbolos religiosos em prédios públicos é constitucional, desde que seu objetivo seja manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira e não represente discriminação ou favorecimento religioso.
- (D) o Estado brasileiro, por ser laico, não pode autorizar a exposição de qualquer símbolo religioso em prédios públicos, salvo se forem vinculados a práticas tradicionais de religiões de matriz africana.
- (E) a exibição de símbolos religiosos em prédios públicos viola o princípio da impessoalidade estatal e só pode ser admitida em museus ou espaços exclusivamente culturais.

19

Em uma aula de Direito Constitucional, a professora discutiu com os alunos acerca dos legitimados para a propositura de ações de controle concentrado de constitucionalidade, incluindo a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e a ação direta de inconstitucionalidade (ADI). Durante a discussão, os alunos levantaram dúvidas sobre a possibilidade de municípios ajuizarem ações desse tipo e os critérios para que uma entidade de classe seja considerada de âmbito nacional. A professora enfatizou que tais questões já tinham sido objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base no art. 103 da Constituição Federal.

Com base nos fundamentos constitucionais e nos entendimentos do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Municípios estão legitimados a propor arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), desde que a matéria tratada tenha impacto direto em sua autonomia constitucional.

- (B) A legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é restrita aos entes e entidades previstos no art. 103 da Constituição Federal, não abrangendo os Municípios.

- (C) Para que uma entidade de classe seja considerada de âmbito nacional e legitimada a propor uma ADPF, é necessário que ela possua filiais em todas as unidades da federação, incluindo o Distrito Federal.

- (D) O rol de legitimados para a propositura de ADPF é aberto e pode ser ampliado por decisão do STF, desde que a parte interessada demonstre relevância constitucional no caso concreto.

- (E) Os Municípios podem propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ou ADPF se a questão tratada envolver a repartição de competências entre União, Estados e Municípios.

20

Em uma reunião no Palácio do Planalto, o Presidente da República discutia com a sua equipe de assessores jurídicos a possibilidade de apresentar um projeto de lei da sua iniciativa para implementar uma importante reforma tributária. Durante a conversa, o Presidente questionou se poderia encaminhar diretamente o projeto ao Senado Federal, sob o argumento de que possui maior apoio político naquela Casa Legislativa, o que facilitaria a aprovação da medida. A equipe jurídica analisou a questão, explicando como deve se dar a tramitação desse tipo de projeto no Congresso Nacional, considerando as normas que regem o processo legislativo.

Com base na sistemática do processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode optar por iniciar a tramitação de um projeto de lei de sua iniciativa no Senado Federal, desde que justifique a escolha com base em apoio político.

- (B) Projetos de lei de iniciativa do Presidente da República podem iniciar a tramitação em qualquer das Casas Legislativas, dependendo do tema e da competência legislativa específica.

- (C) Projetos de lei de iniciativa privativa do Presidente da República devem obrigatoriamente iniciar a tramitação na Câmara dos Deputados, conforme previsto nas normas do processo legislativo.

- (D) A tramitação de projetos de lei de iniciativa privativa do Presidente da República pode ser flexibilizada entre as Casas Legislativas, desde que haja acordo entre os líderes parlamentares.

- (E) O Presidente da República tem discricionariedade para decidir em qual das Casas Legislativas o projeto de lei de sua iniciativa será apresentado, desde que seja garantida sua votação em ambas as Casas.

21

Uma matéria de jornal destacou a polêmica envolvendo uma lei estadual que proibia o uso da chamada “linguagem neutra” em escolas públicas do estado. Segundo a reportagem, a justificativa dos parlamentares estaduais para a edição da lei era preservar as normas gramaticais da língua portuguesa. O caso gerou debates, pois especialistas argumentaram que a regulação do ensino do idioma oficial brasileiro é uma atribuição exclusiva de um ente específico da federação. A controvérsia chegou ao Supremo Tribunal Federal, que analisou o tema sob a perspectiva da Constituição Federal.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os estados podem legislar sobre a regulação do ensino do idioma oficial, desde que o objetivo seja proteger as normas gramaticais da língua portuguesa e preservar a uniformidade no sistema de ensino.
- (B) A competência para legislar sobre o ensino do idioma oficial brasileiro, incluindo o uso da linguagem neutra, é privativa da União, sendo vedada a edição de leis estaduais ou municipais sobre o tema.
- (C) Os municípios podem regular o uso da linguagem neutra em seus sistemas de ensino, com base no princípio da autonomia local, desde que respeitem as diretrizes gerais da educação estabelecidas pela União.
- (D) A regulação do uso da linguagem neutra em sistemas de ensino público depende de normas editadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, não sendo necessária a intervenção da União.
- (E) Leis estaduais ou municipais sobre o uso da linguagem neutra são permitidas, desde que tenham sido aprovadas por consulta popular e estejam de acordo com as normas gerais da educação nacional.

22

Durante uma aula de Direito Constitucional, os alunos discutiam a finalidade e a natureza acessível do *habeas corpus*, considerado um dos instrumentos mais importantes de proteção dos direitos fundamentais, especialmente da liberdade de locomoção. A professora destacou um caso em que uma petição de *habeas corpus* foi redigida em idioma estrangeiro e não foi conhecida pelo Judiciário.

Com base na finalidade do *habeas corpus* e no entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A exigência de que a petição de *habeas corpus* seja redigida em português viola o princípio da ampla defesa, pois restringe o acesso à justiça em casos urgentes.
- (B) A soberania nacional não é afetada pela redação de atos processuais em idioma estrangeiro, desde que o direito à liberdade de locomoção seja efetivamente garantido.

- (C) A petição de *habeas corpus* pode ser redigida em qualquer idioma, desde que o juiz ou tribunal tenha domínio do idioma estrangeiro utilizado pelo impetrante.
- (D) O uso da língua portuguesa nos atos processuais é dispensável no caso do *habeas corpus*, dada a sua finalidade de garantir direitos fundamentais e o princípio da acessibilidade universal.
- (E) O *habeas corpus* é um instrumento constitucional de natureza acessível, mas deve ser redigido em português, pois o uso do idioma nacional nos atos processuais é uma projeção do princípio da soberania e da norma constitucional que estabelece o português como idioma oficial.

23

Durante uma conversa em família, João, militar com mais de 10 anos de serviço na ativa, contou sobre sua experiência política. Ele havia sido eleito deputado federal, mas após alguns anos de mandato, ficou decepcionado com a vida política e decidiu que não concorreria à reeleição. Após o encerramento do mandato, João tentou reingressar no serviço militar ativo, alegando que seu afastamento foi motivado exclusivamente pela exigência legal no ato da diplomação e que ele não havia perdido suas habilidades técnicas nem o vínculo com a instituição. A instituição militar, contudo, recusou o seu pedido, e João decidiu buscar orientação jurídica sobre o tema. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) João tem direito ao retorno ao serviço militar ativo após o encerramento de seu mandato eletivo, pois o afastamento foi temporário e não resultou na perda do vínculo com a instituição.
- (B) O afastamento de militares com mais de 10 anos de serviço no ato da diplomação é temporário, e eles podem optar por retornar ao serviço militar ativo ao término do mandato, mediante aprovação administrativa.
- (C) João poderá ser reintegrado ao serviço militar ativo, desde que o pedido seja analisado pelo Comando Militar e haja comprovação de que a reintegração não afeta a disciplina interna da corporação.
- (D) A Constituição Federal veda o retorno de militares com mais de 10 anos de serviço ao serviço ativo após o encerramento do mandato eletivo, pois seu afastamento do serviço ativo ordinário é definitivo no ato da diplomação, ainda que mantenha vínculo com a instituição.
- (E) A vedação ao retorno de militares ao serviço ativo após o encerramento do mandato eletivo se aplica apenas àqueles que foram eleitos para cargos executivos, como prefeitos ou governadores.

24

Durante uma sessão no Congresso Nacional, foi aprovada uma lei que criava um benefício financeiro temporário para determinadas categorias profissionais, com impacto significativo no orçamento público. Após a promulgação, especialistas apontaram que a norma violava dispositivos constitucionais e que, provavelmente, seria declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar disso, o benefício foi implementado imediatamente, e alguns parlamentares justificaram que a demora no processo judicial permitiria a aplicação da lei por tempo suficiente para gerar os efeitos desejados. Com base na situação descrita e no conceito de inconstitucionalidade útil, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática legislativa descrita é aceitável, pois a norma pode produzir efeitos sociais benéficos enquanto não for declarada inconstitucional.
- (B) A inconstitucionalidade útil consiste na criação de normas sabidamente inconstitucionais, com o objetivo de gerar efeitos temporários antes da declaração de inconstitucionalidade, contando com a morosidade judicial e, eventualmente, com a modulação de seus efeitos.
- (C) A edição de normas inconstitucionais com base na inconstitucionalidade útil promove a segurança jurídica e permite que o interesse público seja atendido até que o STF analise a questão.
- (D) O STF reconhece a prática da inconstitucionalidade útil como uma estratégia legislativa legítima, desde que os efeitos da norma possam ser modulados para preservar o interesse social.
- (E) A inconstitucionalidade útil não compromete o ordenamento jurídico, pois eventuais prejuízos podem ser corrigidos retroativamente com a declaração de inconstitucionalidade.

25

Durante uma operação policial, João foi abordado em via pública portando uma faca de grandes dimensões. Os policiais o conduziram à delegacia, onde foi lavrado um termo circunstanciado com base no art. 19 da Lei de Contravenções Penais, que prevê punição para quem portar arma branca fora de sua residência sem justificativa adequada. João alegou que o dispositivo seria inaplicável por ausência de regulamentação específica e recorreu ao Judiciário, argumentando que sua conduta não configurava infração penal. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu sobre a validade e aplicabilidade do art. 19 à luz dos princípios constitucionais.

De acordo com o entendimento do STF e o princípio da anterioridade da norma penal previsto no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O art. 19 da Lei de Contravenções Penais foi declarado inconstitucional pelo STF, pois a ausência de regulamentação específica torna a norma inaplicável em relação ao porte de arma branca.
- (B) O porte de arma branca, segundo o STF, só configura infração penal se a arma for utilizada para a prática de crimes, independentemente de qualquer outra circunstância.
- (C) O STF reconheceu a validade do art. 19 da Lei de Contravenções Penais e decidiu que a tipicidade do porte de arma branca deve ser analisada caso a caso, considerando a potencialidade lesiva e o elemento subjetivo do agente.
- (D) A ausência de regulamentação específica no art. 19 da Lei de Contravenções Penais impede sua aplicação ao porte de arma branca, salvo em situações de flagrante delito.
- (E) O porte de arma branca é tipificado automaticamente pelo art. 19 da Lei de Contravenções Penais, sendo irrelevante o elemento subjetivo ou as circunstâncias do caso concreto.

Direito Civil

Cristiny Rocha

26

A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Sobre o tema, conforme a LINDB, pode-se afirmar que:

- (A) reputa-se ato jurídico perfeito aquele que não caiba mais recurso.
- (B) consideram-se adquiridos os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer.
- (C) chama-se caso julgado a decisão judicial de primeira instância.
- (D) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais e as exigências econômicas.
- (E) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção não recomeçará a correr o prazo de quarenta e cinco dias.

27

Carlo é servidor público federal e ocupa cargo de administração. Havendo necessidade do órgão editam atos de organização interna, os quais não são precedidos por consulta pública. Demais servidores alertam que o tema poderia gerar controvérsia interna. Nesse caso:

- (A) não houve qualquer irregularidade, pois os órgãos federais possuem poder de edição de atos administrativos, como os de mera organização, que podem ou não ser precedidos de consulta pública.
- (B) não houve qualquer irregularidade, pois qualquer órgão ou poder pode editar atos administrativos, como os de mera organização, que podem ou não ser precedidos de consulta pública.
- (C) não houve qualquer irregularidade, pois qualquer órgão ou poder pode editar atos administrativos precedidos de consulta pública, salvo os de mera organização interna.
- (D) houve irregularidade pois a consulta pública era indispensável à edição.
- (E) houve irregularidade pois a administração federal não pode editar tais atos, devendo haver consulta administrativa e edição de súmulas.

28

Caio Mário é sócio majoritário da empresa YXL Ltda. que passou a ter dificuldades financeiras. Com medo de perder todo patrimônio, passou parcela do patrimônio para a empresa de um primo, a fim de que os credores não o encontrassem e não soubessem do vínculo. Nesse caso, conforme disposições do Código Civil, pode-se afirmar que:

- (A) Caio Mário abusou da personalidade jurídica pois houve desvio de finalidade com intuito de lesar os credores através de ato intencional com intuito de desviar os haveres para patrimônio de outra empresa.
- (B) não houve desvio de finalidade, logo a conduta de Caio Mário é lícita, pois pôde dispor do seu patrimônio.
- (C) Caio Mário abusou da personalidade jurídica, pois houve confusão patrimonial com intuito de lesar os credores.
- (D) houve abuso da personalidade jurídica pois há grupo econômico.
- (E) nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela não mais subsistirá, se concluindo e realizando a liquidação.

29

Sobre a obrigação de indenizar, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, ainda que a necessidade não fosse manifesta.

- (B) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
- (D) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- (E) Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos equitativamente.

30

De acordo com o Estatuto do Idoso, o direito à liberdade compreende, entre outros, exceto:

- (A) faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- (B) direito de opinião.
- (C) direito de expressão.
- (D) direito a diversões.
- (E) direito à integridade física.

Direito Penal e Legislação Penal Extravagante

Renato Pulz

31

Ao estudarmos a história do Direito Penal aprendemos muito sobre a história da própria humanidade. Assim como as sociedades se transformaram ao longo do tempo, o Direito penal também passou por fases, pois é uma ciência dinâmica. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Estado é o titular do direito de punir e por isso sempre figura como sujeito passivo das infrações penais, ainda que de forma mediata.
- (B) O conceito do direito penal envolve somente o aspecto formal e o material, conforme ensina a doutrina.
- (C) O Direito Penal é uma ciência cultural, afinal é uma ciência do “ser”, ao contrário das ciências naturais, que afirmam o “dever ser”.
- (D) Para o funcionalismo teleológico de Günter Jakobs, a missão do Direito penal é a proteção dos bens jurídicos mais relevantes.
- (E) De acordo com Eugênio Zaffaroni, o direito penal paralelo ocorre quando as instituições oficiais atuam com poder punitivo ilegal, acarretando abuso de poder, como as torturas ou execuções.

32

Sobre as fontes do direito penal, marque a alternativa correta.

- (A) Os tratados internacionais não podem ser classificados como fonte do direito penal.
- (B) Mesmo a doutrina moderna não aceita a jurisprudência como fonte imediata do direito penal.
- (C) As fontes materiais do direito são os fatores históricos, sociológicos, econômicos, políticos, entre outros, anteriores à decisão política que origina a promulgação da lei.
- (D) Prevalece na doutrina que admite-se o costume abolicionista, ou seja, pode-se revogar uma lei quando aplicado nos casos em que a infração penal não mais contraria o interesse social.
- (E) O complemento da norma penal em branco considerada em sentido estrito provém da mesma fonte formal.

33

O conflito aparente de normas é aquele que ocorre quando duas normas aparentam incidir sobre o mesmo fato. No entanto, existem princípios capazes de solucionar os conflitos aparentes de normas penais. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta corretamente esses princípios.

- (A) Subsidiariedade, proporcionalidade, especialidade e taxatividade.
- (B) Legalidade, subsidiariedade, alternatividade e relatividade.
- (C) Alteridade, proporcionalidade, razoabilidade e fragmentariedade.
- (D) Alternatividade, adequação, necessidade e Princípio da absorção.
- (E) Subsidiariedade, especialidade, consunção e alternatividade

34

Sobre a aplicação da lei penal no tempo, em relação às disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais, marque a alternativa incorreta.

- (A) Em decorrência do princípio da legalidade, aplica-se, em regra, a lei penal vigente ao tempo da realização do fato criminoso, representado pelo brocardo *tempus regit actum*.
- (B) O princípio da irretroatividade penal deve ser aplicado mesmo na interpretação da jurisprudência.
- (C) Crime continuado se dá quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.
- (D) Crime permanente é aquele cuja consumação se prolonga no tempo, por vontade do agente.
- (E) Prevalece na jurisprudência que não é possível a combinação de leis, mesmo que para favorecer o réu.

35

Huguinho, Zezinho e Luisinho, todos maiores de dezoito anos de idade, reuniram-se com a finalidade de praticar o tráfico de animais silvestres. Sobre a conduta e potencial responsabilização dos agentes dos agentes, marque a alternativa certa.

- (A) Não é possível que respondam pelo crime de associação criminosa, pois exige-se que sejam crimes do Código Penal e não sejam infrações de menor potencial ofensivo.
- (B) Se configurada a associação criminosa pode-se afirmar que é um exemplo de concurso eventual de pessoas.
- (C) Para que respondam pelo crime de associação criminosa deverá a reunião deverá ser duradoura, permanente e estável.
- (D) Para que sejam responsabilizados pelo crime de associação criminosa deverão cometer ao menos um crime.
- (E) Os agentes poderão responder pelo crime de organização criminosa, se preenchidos os requisitos da lei.

36

Os números de mortes por armas de fogo no Brasil são alarmantes. Apesar do tema ser polêmico, o legislador com a Lei de Armas pretendeu reduzir esse tipo de violência no país. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Os crimes previstos no Estatuto do desarmamento são de perigo concreto e exigem a perícia da arma.
- (B) Para responder pelo crime de disparo de arma de fogo, deverá ser comprovado o risco de lesão à integridade física ou à vida de alguém, afinal o direito penal é a *ultima ratio*.
- (C) É crime hediondo a posse ou porte de arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito ou proibido.
- (D) O crime de porte de arma de fogo de uso permitido é um exemplo de norma penal em branco heterogênea.
- (E) O agente flagrado seja com arma de fogo de posse ou porte de arma de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será punido com a mesma pena, independentemente se a arma for de uso restrito ou de uso proibido.

37

Sobre o concurso de crimes, conforme as disposições do Código Penal, da doutrina e da jurisprudência, marque a alternativa correta.

- (A) A apreensão de mais de uma arma de fogo de uso permitido, em um mesmo contexto fático, caracteriza concurso formal ou material de crimes, a depender do caso.
- (B) Se o agente possuir ou portar uma arma de uso permitido e outra de uso restrito, mesmo contexto fático, deve responder por ambos os delitos em concurso formal.
- (C) Para configuração do concurso material de crimes exige-se que o agente pratica dois ou mais crimes idênticos, mediante mais de uma ação ou omissão.
- (D) No concurso material de crimes a consequência é a aplicação do sistema de exasperação da pena.
- (E) É um exemplo de concurso formal próprio daquele nazista que dava um tiro em judeus em fila com intenção de matar mais de um.

38

João Grandão, sujeito alto e forte, lutador de artes marciais, ostentava no para-brisa do seu carro um adesivo do seu time do coração. No entanto, quando estacionou o veículo, um torcedor de time contrário resolveu se aproximar gritando que iria chutar a porta do carro. João Grandão não teve dúvidas e, para defender seu carro novo, sentou a porrada no baixinho torcedor vândalo, dando vários golpes no adversário, que ficou desmaiado no chão. Sobre o caso, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) a legítima defesa não serve para proteção de patrimônio.
- (B) a conduta de João Grandão configura estado de necessidade.
- (C) João Grandão deveria ter cedido ao *commodus discensus*.
- (D) João Grandão poderá responder pelo excesso.
- (E) o baixinho, se conseguisse, poderia se valer da legítima defesa recíproca.

39

Clemóstenes estava em um dia ruim e muito irritado enquanto dirigia com pressa o seu carro. Ao ter que parar em uma faixa de segurança e esperar para um rapaz caideirante atravessar a rua, acabou perdendo a paciência e gritou em alto e bom tom que era para o rapaz ir mais rápido e o chamou de “aleijado desgraçado”. Sobre o caso, marque a alternativa correta.

- (A) Todos os crimes contra a honra são de ação penal de iniciativa privada.
- (B) Clemóstenes cometeu o crime de injúria racial.

- (C) O crime de injúria qualificada se dá quando utilizados elementos referentes à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência para ofender o decoro ou a dignidade de alguém.
- (D) Se outras pessoas não ouvirem ou se a vítima não se ofender, o crime não se consuma.
- (E) Nesse caso, caberia a retratação por Clemóstenes.

40

Sobre os crimes da lei geral do esporte (Lei n. 14.597/2023), marque a alternativa correta.

- (A) Exigir vantagem indevida, como representante de organização esportiva privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, a fim de realizar ou de omitir ato inerente às suas atribuições configura o crime de concussão.
- (B) A conduta do cambista não é crime, pois configura somente infração administrativa, não atraindo a aplicação do direito penal que deve ser a *ultima ratio*.
- (C) O indivíduo que falsifica emblema de organização desportiva em camisetas comete o crime de violação de direitos autorais.
- (D) Não há na lei geral do esporte a previsão da gestão temerária como crime.
- (E) Indivíduo que participar de brigas de torcidas terá a sua pena aumentada de 1/3 (um terço) até a metade quando se tratar de casos de racismo no esporte brasileiro ou de infrações cometidas contra as mulheres.

41

Sobre os crimes contra o patrimônio, marque a alternativa correta.

- (A) O agente que coloca fogo no carro do seu desafeto que estava no estacionamento de um shopping center em horário de muito movimento responderá pelo crime de dano qualificado, pela reprovação da conduta.
- (B) Quando o dano ao patrimônio é devido por motivo egoístico, a ação penal será de iniciativa privada.
- (C) O indivíduo que realiza a pichação de um muro, sem autorização do proprietário, comete o crime de dano.
- (D) Comete o crime de estelionato o sujeito que pede uma bicicleta emprestada somente com a intenção de poder ir trabalhar, porém, depois de receber uma boa proposta, resolve vendê-la e ficar com o dinheiro para si.
- (E) O agente que faz uma ligação clandestina na rede de água para não pagar o seu consumo, comete o crime de estelionato.

42

Sobre a lei Maria da Penha, marque a alternativa correta.

- (A) O marido ou ex-companheiro que quebre o celular da mulher ou rasgue os seus documentos pessoais por ciúmes comete o crime de violência patrimonial.
- (B) A violência psicológica contra a mulher é aquela entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- (C) O uso de tornozeleira eletrônica como medida de segurança e monitoramento da distância do agressor da vítima nos casos de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terá o seu custo bancado pelo estado.
- (D) Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotar, em até 24 horas, as providências legais cabíveis.
- (E) Conforme texto expresso da lei, somente quando verificada a existência de risco atual e concreto à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.

43

Marque a opção correta em relação às disposições da doutrina e da jurisprudência estabelecidas na Lei n. 9.455/1997.

- (A) Assim como em convenção internacional, o crime de tortura no Brasil só pode ser cometido por funcionário público.
- (B) A única forma de uma conduta caracterizar o crime de tortura conforme a lei é causando dor física.
- (C) A tortura é um crime imprescritível.
- (D) No Brasil a doutrina e jurisprudência aceitam a teoria do cenário da bomba relógio.
- (E) A tortura racial conforme a lei se dá em razão de discriminação racial ou religiosa somente.

44

Sobre a conduta de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) somente o juiz pode cometer.
- (B) caracteriza constrangimento ilegal.
- (C) incorre na chamada tortura pela tortura ou tortura propriamente dita.
- (D) é um crime próprio.
- (E) é uma infração prevista na lei de improbidade.

45

Sobre as disposições legais, constitucionais e doutrinárias sobre o terrorismo, marque a alternativa incorreta.

- (A) O crime de terrorismo é inafiançável e insuscetíveis de graça ou anistia.
- (B) A prática do terrorismo é um crime hediondo.
- (C) Ato de colocar uma bomba em uma Assembleia Legislativa, mesmo que para provocar terror generalizado, se for por conotação política, não poderá configurar o crime de terrorismo.
- (D) O crime de terrorismo é um exemplo do que a doutrina chama de crime vago.
- (E) Na lei antiterror pode-se verificar exemplos tanto de delito de atentado quanto de crimes obstáculo, conforme classificações doutrinárias.

Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante

Douglas Vargas

46

É correto afirmar que a falta de testemunhas da infração penal:

- (A) impedirá o auto de prisão em flagrante.
- (B) não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas é essencial que o preso concorde em assinar o auto.
- (C) não impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, desde que comunicado imediatamente o juízo competente.
- (D) não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (E) não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a captura do autuado.

47

De acordo com o que prevê expressamente o Código de Processo Penal, devem constar da lavratura do auto de prisão em flagrante os seguintes itens, exceto:

- (A) informação sobre existência de filhos.
- (B) informação sobre a idade dos filhos, se existirem.
- (C) informação sobre a existência de deficiência dos filhos, se existirem.
- (D) nome do atual responsável pelo cuidado dos filhos.
- (E) contato do eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pelo advogado da pessoa presa.

48

De acordo com o art. 310 do CPP, após receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá promover a audiência de custódia:

- (A) no prazo máximo de até 24 horas após a realização da prisão, com ou sem a presença do acusado.
- (B) no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, com ou sem a presença do acusado.
- (C) no prazo máximo de até 24 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado ou de seu defensor.
- (D) no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado ou de seu defensor.
- (E) no prazo máximo de até 24 horas após a realização da prisão, com a presença do acusado e de seu defensor.

49

São medidas cautelares diversas da prisão arroladas expressamente no art. 319 do CPP, exceto:

- (A) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- (B) proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.
- (C) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- (D) proibição de ausentar-se da Comarca ainda que a permanência não seja nem conveniente nem necessária para a investigação ou instrução.
- (E) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.

50

Segundo o CPP, é correto afirmar que será exigido o reforço da fiança quando:

- (A) for inovada a classificação do delito.
- (B) o acusado, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- (C) o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- (D) o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- (E) o acusado resistir injustificadamente a ordem judicial

51

Em caso de decretação de fiança pelo magistrado, assinala a alternativa que indica corretamente uma das possibilidades expressamente previstas no texto legal.

- (A) A fixação em valor inicial de 1 (um) a 300 (trezentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- (B) A fixação em valor inicial de 0 (zero) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
- (C) A redução em até no máximo 3/4 (três quartos).
- (D) A dispensa da fiança, em sua integralidade.
- (E) O aumento da fiança inicialmente prevista em lei em até 2.000 vezes, a depender da situação financeira do acusado.

52

Segundo o art. 78 do Código de Processo Penal, na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

- (A) no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do daquele.
- (B) no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena menos grave.
- (C) no concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- (D) no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de menor graduação.
- (E) no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.

53

Segundo o Código de Processo Penal, competirá, originariamente, aos Tribunais de Apelação, o julgamento de todas as figuras abaixo, exceto:

- (A) dos governadores dos Estados.
- (B) dos interventores dos Territórios.
- (C) do chefe de polícia do Distrito Federal.
- (D) dos juizes de instância inferior.
- (E) de seus próprios membros.

54

Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á:

- (A) pela natureza da infração, somente.
- (B) pelo domicílio ou residência do réu.
- (C) pelo domicílio ou residência da vítima.
- (D) pela distribuição, somente.
- (E) pela prevenção.

55

Sobre o tema citações, é incorreto afirmar que:

- (A) o processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- (B) não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação por edital.
- (C) se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- (D) se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.

56

Deferido o pedido de interceptação telefônica, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização. Em tal contexto, e de acordo com o que prevê a Lei n. 9.296/1996, é correto afirmar que:

- (A) no caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição.
- (B) cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao Ministério Público.
- (C) o encaminhamento do resultado da interceptação ao MP deve conter mero resumo das operações realizadas, sendo desnecessária a emissão de auto circunstanciado, cuja elaboração constitui mera discricionariedade da autoridade policial.
- (D) a interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, corre nos autos principais do inquérito, em respeito ao princípio do contraditório.
- (E) o deferimento em análise, se realizado durante a instrução processual penal, será lícito ainda que tenha sido concedido com base em requerimento da autoridade policial.

57

Considerando os dizeres do CPP sobre o tema nulidades, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- (B) será declarada a nulidade, ainda que oriunda de ato processual que não houver influenciado na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- (C) a incompetência do juízo anula os atos decisórios e o processo.
- (D) a nulidade por legitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- (E) as omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, não poderão ser supridas a todo o tempo, e devem ser sanadas antes da denúncia.

58

Sobre as disposições gerais contidas no CPP sobre o tema recursos, é correto afirmar que:

- (A) os recursos serão sempre voluntários.
- (B) serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
- (C) o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
- (D) o recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.
- (E) se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

59

Contra a decisão de primeira instância que anular o processo da instrução criminal em sua integridade, é correto afirmar que cabe:

- (A) RESE (Recurso em Sentido Estrito).
- (B) Recurso Especial (RE).
- (C) Recurso Extraordinário (REsp).
- (D) Apelação.
- (E) Embargos de Declaração.

60

Segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que subirá nos próprios autos o recurso cuja decisão atacada:

- (A) pronunciar o réu.
- (B) concluir pela incompetência do juízo.
- (C) conceder fiança.
- (D) julgar quebrada a fiança.
- (E) indeferir pedido de reconhecimento de prescrição.

Direitos Humanos**Alice Rocha****61**

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) de 1948 foi estabelecida em um contexto pós Segunda Guerra Mundial dispondo em seu preâmbulo as seguintes considerações, exceto:

- (A) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e alienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
- (B) o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade.
- (C) os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades.
- (D) ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.
- (E) ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

62

Considerando o disposto na Convenção Americana de Direitos Humanos, a fim de garantir a integridade e liberdade pessoal prevê que:

- (A) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação das vítimas.
- (B) a pena pode passar da pessoa do delinquente, desde que estabelecido em lei.
- (C) Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento.
- (D) Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
- (E) Em nenhuma hipótese pode ocorrer a prisão por dívida, exceto os casos de inadimplemento de pensão alimentícia e tributos de natureza pessoal.

63

A Agenda 2030 é formada por 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. Sobre o tema, assinale a alternativa que não constitui um objetivo de desenvolvimento sustentável.

- (A) Água potável e saneamento.
- (B) Erradicação da pobreza.
- (C) Educação de qualidade.
- (D) Consumo e produção responsáveis.
- (E) Redução das desigualdades sociais e regionais.

64

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos brasileiro estabelece que a educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando algumas dimensões, como:

- (A) a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional e nacional, priorizando o local.
- (B) a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos prioritariamente em espaços públicos da sociedade.
- (C) a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político.
- (D) o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados a partir dos grupos tradicionais.
- (E) o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações e retomada do direito à verdade.

65

A respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) estabelecido pelo Decreto 7.037/2009, é correto afirmar que:

- (A) será implementado de acordo com 25 eixos orientadores e 42 diretrizes.
- (B) estabelece um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento com a finalidade de elaborar Planos de Ação dos Direitos Humanos.
- (C) será implementado a partir de Planos de Ação de Direitos Humanos bianuais.
- (D) os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, serão convocados a aderir obrigatoriamente ao PNDH-3.
- (E) prevê como eixo orientador o fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

66

No planejamento dos objetivos estratégicos e ações programáticas do eixo orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos, é correto afirmar que foi considerado:

- (A) o diálogo entre Estado e sociedade civil assumiu especial relevo, com a compreensão e a preservação do distinto papel de cada um dos segmentos no processo de gestão.
- (B) o tema “desenvolvimento” como um conceito complexo e multidisciplinar.
- (C) a persistência da discriminação, que muitas vezes se manifesta sob a forma de violência contra sujeitos que são histórica e estruturalmente vulnerabilizados.
- (D) o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) como referência para a política nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos.
- (E) os problemas antigos, como a ausência de diagnósticos, de planejamento e de definição formal de metas, a desvalorização profissional dos policiais e dos agentes penitenciários.

67

De acordo com as normas constitucionais brasileiras e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

Por meio do Decreto n. 65.810/1969, foi promulgada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, sendo internacionalizada como:

- (A) norma supralegal.
- (B) norma constitucional.
- (C) lei ordinária.
- (D) lei complementar.
- (E) norma supraconstitucional.

68

Durante uma atividade acadêmica, Jeferson e Ezequiel começaram um debate sobre a possibilidade de federalização de crimes por violação de Direitos Humanos. Jeferson afirmava que a solicitação do deslocamento de competência para a Justiça Federal deveria ser feita junto ao Supremo Tribunal Federal, por ser o guardião dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal. Ezequiel, por sua vez, argumentava que tal demanda deveria ser feita pelo Advogado Geral da União perante o Superior Tribunal de Justiça. A partir dessa situação, podemos considerar que:

- (A) ambos estão errados.
- (B) Jeferson está certo, mas Ezequiel está errado.
- (C) ambos estão corretos.
- (D) Jeferson está errado, mas Ezequiel está correto.
- (E) Ezequiel está parcialmente errado, visto que a competência do pedido é do Advogado Geral da União, mas deve ser protocolado junto ao Supremo Tribunal Federal.

69

Dentro da estrutura normativa dos Direitos Humanos, diversas convenções e tratados são estabelecidos. A respeito dos instrumentos do sistema global de proteção de Direitos Humanos, podemos afirmar que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- (A) são sinônimos, fazendo referência ao mesmo documento.
- (B) ambas possuem a natureza jurídica de tratado.
- (C) somente a Carta das Nações Unidas possui natureza de tratado, sendo a Declaração Universal uma resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (D) ambas possuem natureza jurídica de resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (E) somente a Declaração Universal possui natureza de tratado, sendo a Carta das Nações Unidas uma resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

70

Com relação aos Direitos dos Indígenas e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas abaixo e julgue-as em verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () As terras de ocupação indígena são de posse permanente da comunidade.
- () As terras de ocupação tradicional indígena, na qualidade de terras públicas, são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis.
- () Cabe aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos das terras indígenas.

A sequência correta é:

- (A) F – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – F.

Medicina Legal

Francisco Helmer

71

Acerca do sistema dactiloscópico de Vucetich, assinale a alternativa correta.

- (A) No tipo presilha interna, o delta é localizado à esquerda da impressão digital.
- (B) Arco é o tipo fundamental em que se verifica um desenho semelhante a um arco no centro da impressão digital.
- (C) No tipo verticilo, verifica-se um delta no centro da impressão digital.
- (D) O delta é um pequeno triângulo formado pelo encontro dos sistemas de linhas marginal, nuclear e basilar.
- (E) No tipo presilha externa, o delta é localizado à direita da impressão digital.

72

Uma jovem de 25 anos foi submetida a exame médico-legal logo após relatar ter sido vítima de estupro. Durante o exame, também foram coletadas amostras biológicas para análise laboratorial, visando comprovar a presença de esperma e identificar o autor do crime.

Acerca desse tipo de exame, assinale a alternativa correta.

- (A) A presença de entalhes himenais é indicativa de conjunção carnal recente.
- (B) Se o autor do crime for vasectomizado, não será possível detectar o seu DNA em razão da ausência de espermatozoides no esperma.
- (C) A presença de fosfatase ácida, ainda que em pequenas quantidades, é um sinal de certeza de conjunção carnal.
- (D) A presença de PSA pode ser detectada mesmo se o autor do crime for vasectomizado, pois tal substância é produzida na próstata.
- (E) O hímen estar íntegro no momento do exame exclui a possibilidade de ter havido conjunção carnal.

73

“Condição probante de se determinar, entre dois ou mais indivíduos, em um mesmo evento, qual deles morreu primeiro”. A descrição anterior refere-se à condição denominada:

- (A) cronotanatognose.
- (B) comoriência.
- (C) tanatognose.
- (D) premoriência.
- (E) prova ocasional de vida.

74

São manifestações somáticas da embriaguez, exceto:

- (A) alterações da coordenação e do equilíbrio.
- (B) congestão conjuntival.
- (C) hálito alcóolico-acético.
- (D) taquicardia.
- (E) taquipneia.

75

A pigmalionofilia ou pigmalianismo é a parafilia que consiste em:

- (A) atração por anões.
- (B) atração por estátuas.
- (C) atração por bonecas e manequins.
- (D) exacerbação do instinto sexual no homem.
- (E) hipérbole do amor platônico.

Criminologia

Ronaldo Paiva

76

Existe um debate sobre a cientificação ou não da Criminologia, ora tratada como uma ciência autônoma, ora tratada como um conjunto de conhecimento que auxilia na formação de uma opinião. O fato é que, ao longo dos anos, a Criminologia ganhou escopo científico e, com isso, possui um posicionamento acadêmico linear sobre os seus objetos, métodos e finalidades. Nesse condão, marque a alternativa que apresenta uma base estrutural da Criminologia.

- (A) A criminologia possui como metodologia a lógica dedutiva.
- (B) Por se tratar de um campo hipotético, a criminologia estuda as probabilidades de o crime acontecer.
- (C) A ciência criminológica desenvolve-se com intuito de criar tipos penais mais seguros ao Estado.
- (D) A criminologia analisa dados e induz os respectivos resultados, confirmando-os por meio de uma séria de outras ciências disponíveis.
- (E) A criminologia é uma ciência sucursal do Direito Penal.

77

A escola da criminologia clássica se encontra na etapa pré-científica da criminologia, antecedendo o advento da Escola Positiva, sendo a criminologia clássica um legado liberal, racionalista e humanista do Iluminismo. Conforme nos ensina Antonio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes (2006), a escola clássica tratava o crime como um fato individual, sendo uma mera infração à lei, sem qualquer referência à personalidade do autor ou da sua realidade social, sendo para os clássicos a lei algo igual para todos, ou seja, o delinquente se baseia em uma decisão livre e soberana de infringir ou não a lei através do seu livre-arbítrio.

Maxson Luiz da C. Motta Souza – Criminologia: origem e evolução.

Com base no texto, assinale a alternativa que não apresenta uma fundamentação teórica sobre a Escola Clássica.

- (A) A Escola clássica fundamenta-se em um escolha racional.
- (B) Tem como referência literária Francesco Carrara.
- (C) Entende o crime como um fenômeno humano e natural.
- (D) Possui princípios que orientam a norma jurídica, evitando que o Estado se torne o carrasco.
- (E) Retira da vítima a capacidade de autotutela.

78

Em razão da complexa extensão das visões criminológicas e dos respectivos modelos teóricos, podemos afirmar que há várias dicotomias entre posicionamentos temporais sobre os fatores do crime e dos criminosos. Diante do exposto, analise os itens a seguir.

- I – A criminologia positivista é uma abordagem que legitima a ordem estabelecida, centralizando o estudo no crime como um episódio individual. Essa abordagem não questiona a estrutura social e as instituições jurídicas e políticas.
- II – A criminologia crítica, por sua vez, surge como uma resposta à abordagem positivista, expandindo o objeto de estudo e adotando uma posição contrária ao contexto político e econômico vigente. A criminologia crítica vê o crime como um produto da opressão dos trabalhadores e grupos menos favorecidos da sociedade.
- III – A criminologia é uma ciência que investiga as causas e consequências das infrações penais, além de estudar as normas sociais e legais. A criminologia é interdisciplinar e é estudada por profissionais de diversas áreas, como psicólogos, sociólogos, antropólogos, psiquiatras, economistas e juristas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

79

A teoria da reação social tem como principais características, exceto:

- (A) O delinquentes é resultado de uma construção social.
- (B) A identidade do indivíduo é mais importante do que as suas ações específicas para ser considerado criminoso.
- (C) O delito não tem consistência material, sendo um conjunto de processos de reação social.
- (D) O etiquetamento social pode ocorrer na linguagem, vestuário, cabelo, religião, música e cultura.
- (E) Tanto o Etiquetamento Social quanto a Crítica/Radical são modelos teóricas advindas de um consenso sociológico.

80

Ao longo da observação criminológica, foram detectados alguns comportamentos psicológicos afetos às vítimas da relação da dupla penal. Uma delas foi chamada de síndrome de Estocolmo, sendo rara e não considerada uma doença, mas, sim, uma forma de reação psicológica a situações excepcionais. A sua origem foi descrita em 1973, após um sequestro de banco em Estocolmo, na Suécia. Nesse sentido, marque a alternativa que apresenta uma característica da síndrome de Estocolmo.

- (A) Vítima agressiva e com ânsia de viver. Busca deliberadamente empregar a violência contra seu agressor.
- (B) A vítima gera uma relação empática com o agressor, apoiando ou até mesmo se relacionando com o agressor.
- (C) A heterovitimização.
- (D) A vítima sofre uma frustração amorosa e, por isso, faz falsa acusação a um suposto agressor.
- (E) Há uma relação de empatia que parte do agressor para com a vítima.



7º Simulado
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Delegado de Polícia Substituto

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	E	B	C	A	B	E	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	B	D	A	C	B	C	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	E	D	B	C	B	C	A	D	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	E	B	C	D	B	D	C	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	E	D	B	D	E	E	D	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	E	E	D	A	A	D	A	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	D	E	C	C	E	A	A	C	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	D	D	A	B	D	C	A	E	B

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

PC MG – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
– 7º SIMULADO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO
(PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

1

É correto afirmar que o Direito Administrativo é uma área jurídica autônoma que:

- (A) regula exclusivamente as relações entre a Administração Pública e os seus servidores públicos.
- (B) está subordinado às regras do Direito Constitucional, mas mantém autonomia quanto ao Direito Civil e Penal.
- (C) possui como base normativa a relação entre a Administração Pública e os particulares, tendo por objeto a gestão da coisa pública.
- (D) tem como princípio norteador a supremacia do interesse público, que pode sobrepor-se a qualquer garantia constitucional.
- (E) não admite a aplicação subsidiária de princípios do Direito Privado.

Letra c.

Assunto abordado: 1.1. Direito Administrativo – Conceito e Princípios Constitucionais.

- (A) Errada. O Direito Administrativo não regula apenas relações com servidores, mas também com particulares.
- (B) Errada. Apesar de subordinado à Constituição, não é correto afirmar que tem autonomia absoluta em relação ao Direito Civil.
- (C) Certa. Define corretamente o objeto do Direito Administrativo: gestão da coisa pública e a relação entre Administração e administrados.
- (D) Errada. A supremacia do interesse público não é absoluta, devendo respeitar as garantias constitucionais.
- (E) Errada. O Direito Administrativo admite a aplicação subsidiária do Direito Privado em casos específicos.

2

É correto afirmar que a distinção entre regimes jurídicos público e privado na Administração Pública está na:

- (A) aplicação exclusiva de normas públicas às autarquias, excluindo entidades paraestatais.
- (B) utilização do regime privado para contratar servidores efetivos da Administração direta.
- (C) prevalência do regime público, caracterizado pela indisponibilidade do interesse público e pela supremacia da Administração sobre os particulares.
- (D) impossibilidade de coexistência de regimes públicos e privados em uma mesma entidade pública.
- (E) exclusividade do regime privado para sociedades de economia mista, sem controle estatal direto.

Letra c.

Assunto abordado: 1.2.2. Regimes Público e Privado na Administração Pública.

- (A) Errada. O regime público não se limita às autarquias; entidades paraestatais também se submetem a normas públicas em determinadas situações.
- (B) Errada. A contratação de servidores efetivos na Administração direta segue o regime jurídico público, não privado.
- (C) Certa. O regime jurídico administrativo é baseado na supremacia e indisponibilidade do interesse público.
- (D) Errada. É possível coexistência de regimes público e privado em uma mesma entidade, como em empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) Errada. Sociedades de economia mista têm características híbridas e podem se submeter ao controle estatal.

3

Os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 são considerados balizadores da atuação administrativa. Sobre esses princípios, analise as afirmativas abaixo.

- I – O princípio da impessoalidade impede que agentes públicos sejam favorecidos ou prejudicados na aplicação de políticas públicas, garantindo tratamento equitativo a todos.
- II – A publicidade dos atos administrativos é absoluta, sendo vedada qualquer restrição à transparência em nome do sigilo.
- III – O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional n. 19/1998, exige que a Administração Pública não apenas cumpra a legalidade, mas também maximize os resultados obtidos com os recursos disponíveis.
- IV – A moralidade administrativa se restringe à observância da legalidade formal, não admitindo controle de condutas que, embora legais, violem padrões éticos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

Letra a.

Assunto abordado: 1.2.4. Princípios da Administração Pública.

- I) Certo. O princípio da impessoalidade exige tratamento equitativo a todos, sem favorecimentos ou perseguições, tanto na execução de políticas públicas quanto na prática de atos administrativos.

II) Errado. Embora a publicidade seja regra, admite-se sigilo em situações excepcionais, como aquelas relacionadas à segurança nacional, investigação sigilosa ou informações protegidas por sigilo fiscal ou bancário.

III) Certo. O princípio da eficiência impõe não apenas a observância da legalidade, mas também a adoção de práticas que otimizem a gestão pública, com resultados efetivos e de qualidade.

IV) Errado. A moralidade administrativa não se limita à legalidade formal, sendo possível controlar condutas que, embora legais, sejam contrárias à ética administrativa.

4

O poder de polícia da Administração Pública é essencial para a garantia da ordem pública e da convivência social. Sobre o exercício desse poder, analise as afirmativas abaixo.

- I – O poder de polícia é indelegável em sua totalidade, ainda que a sua execução material possa ser atribuída a particulares.
- II – O poder de polícia admite a cobrança de taxas como contraprestação direta pela fiscalização ou pela utilização de serviços públicos específicos.
- III – O abuso no exercício do poder de polícia pode ser controlado pelo Poder Judiciário, mas este não pode se imiscuir no mérito do ato administrativo discricionário.
- IV – É de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito (art. 1º do Decreto n. 20.910/1932).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

Letra e.

Assunto abordado: Poderes da Administração Pública.
1.4.6. Poder de Polícia.

I) Certo. O poder de polícia, em seu aspecto decisório (essência do poder), é indelegável, mas atividades materiais como fiscalização e execução podem ser delegadas, inclusive a particulares.

II) Certo. A cobrança de taxas de polícia, como taxas de fiscalização, é permitida, desde que não ultrapasse os limites legais e se vincule diretamente à atividade estatal correspondente.

III) Certo. O Poder Judiciário pode controlar excessos (desvio de finalidade ou abuso), mas não pode revisar o

mérito de atos discricionários que respeitem os limites da legalidade e da razoabilidade.

IV) Certo. Segundo a seguinte jurisprudência:

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL DA ANVISA. MULTA ADMINISTRATIVA. PLEITO DE ANULAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ACTIO NATA. DATA DE VENCIMENTO DO CRÉDITO. 1. Ao analisar o termo inicial do prazo prescricional das execuções fiscais de multas administrativas, este Superior Tribunal consagrou, sob a sistemática dos recursos repetitivos, as seguintes teses jurídicas: (I) É de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito (artigo 1º do Decreto n. 20.910/32). (REsp XXXXX/RJ, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, DJe 22/2/2011); e (II) O termo inicial da prescrição coincide com o momento da ocorrência da lesão ao direito, consagração do princípio universal da *actio nata*. Nesses termos, em se tratando de multa administrativa, a prescrição da ação de cobrança somente tem início com o vencimento do crédito sem pagamento, quando se torna inadimplente o administrado infrator. Antes disso, e enquanto não se encerrar o processo administrativo de imposição da penalidade, não corre prazo prescricional, porque o crédito ainda não está definitivamente constituído e simplesmente não pode ser cobrado (REsp XXXXX/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 8/2/2010). 2. Em observância ao princípio da isonomia, enquanto não encerrado o processo administrativo de imposição da penalidade administrativa, a data em que a multa tem vencimento, ou a do pagamento, caso efetuado com antecedência, constitui o marco inicial da prescrição para o administrado buscar, na via judicial, a anulação do termo de autuação, a repetição do indébito e, também, a reparação por eventuais danos morais decorrentes do inadequado exercício do poder de polícia. 3. Recurso especial da ANVISA não provido. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL ADESIVO DE WILLIAMS SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. INDENIZAÇÃO. BUSCA POR ALEGADOS DANOS MORAIS. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 2. Recurso especial adesivo de Williams Serviços Marítimos Ltda. não provido.

5

Com base nos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

- I – Atos discricionários somente podem ser revogados pela Administração, e não anulados.
- II – A vinculação em um ato administrativo ocorre quando a lei impõe à Administração o dever de realizar o ato de forma determinada, sem margem de escolha.
- III – A discricionariedade confere à Administração Pública ampla liberdade para descumprir os princípios constitucionais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Letra b.

Assunto abordado: Atos Administrativos. 1.5.5. Discricionariedade e Vinculação.

- I) Errado. Atos discricionários podem ser revogados e anulados, a depender do motivo.
- II) Certo. A vinculação ocorre quando a lei determina os elementos do ato administrativo.
- III) Errado. A discricionariedade deve respeitar os princípios constitucionais, não permitindo descumpri-los.

6

Sobre as formas de organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I – A descentralização ocorre exclusivamente por outorga, sendo vedada a sua realização por delegação contratual.
- II – A desconcentração pressupõe a criação de órgãos no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, com distribuição interna de competências, sem transferência de personalidade jurídica.
- III – A descentralização administrativa por colaboração envolve a transferência de titularidade e execução de serviços públicos para pessoas jurídicas de direito privado.
- IV – Tanto a descentralização quanto a desconcentração permitem o controle administrativo, mas apenas a primeira admite o controle hierárquico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) I, II, III e IV.

Letra c.

Assunto abordado: Organização Administrativa. 1.2.5.1. Centralização, Descentralização e Desconcentração.

- I) Errado. A descentralização pode ocorrer por outorga, que transfere a titularidade e a execução do serviço, ou por delegação contratual (como concessão, permissão ou autorização de serviço público), que transfere apenas a execução.
- II) Certo. A desconcentração ocorre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, por meio da criação de órgãos subordinados, com distribuição interna de competências, sem autonomia jurídica.
- III) Errado. Na descentralização por colaboração (ou delegação), ocorre a transferência apenas da execução do serviço público, não da titularidade, que permanece com o poder público.
- IV) Errado. O controle hierárquico é característico da desconcentração, uma vez que os órgãos subordinados pertencem à mesma pessoa jurídica. Na descentralização, o controle é de natureza finalística ou administrativa, mas não hierárquico.

7

A Constituição da República Federativa do Brasil, nos arts. 37 a 43, estabelece normas fundamentais sobre a Administração Pública. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas podem ser acessados por concurso público de provas ou de provas e títulos, admitindo-se exceções para cargos em comissão, que são exclusivamente de chefia, direção e assessoramento.
- (B) O art. 39 da Constituição prevê expressamente a unicidade de regimes jurídicos para os servidores da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas, sendo vedada qualquer distinção entre servidores efetivos e comissionados.
- (C) O art. 40 assegura aos servidores públicos titulares de cargos efetivos regime próprio de previdência, cujos critérios podem ser definidos unilateralmente pelo ente federativo sem necessidade de respeitar regras gerais.
- (D) A publicidade dos atos, contratos e programas públicos é facultativa, mas o art. 37 ressalva que pode haver sigilo em casos de interesse público devidamente justificados em lei.
- (E) O art. 43 trata exclusivamente da organização administrativa das fundações públicas, fixando os princípios que regem seu funcionamento no âmbito da União e dos Estados.

Letra a.

Assunto abordado: Administração Pública – Arts. 37 a 43 da Constituição Federal.

- (A) Certa. De acordo com o art. 37, cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinados exclusivamente às funções de chefia, direção e assessoramento.
- (B) Errada. O art. 39 não estabelece unicidade de regimes jurídicos, e a distinção entre servidores efetivos e comissionados é permitida.
- (C) Errada. O art. 40 exige que os regimes próprios de previdência respeitem regras gerais definidas em lei federal, não podendo ser regulados unilateralmente.
- (D) Errada. A publicidade é obrigatória, mas a ressalva de sigilo deve estar prevista em lei, e não se limita ao interesse público como justificativa.
- (E) Errada. O art. 43 trata do planejamento regional e das regiões administrativas, e não das fundações públicas.

8

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus arts. 13 a 38, trata da organização do Estado, das competências do poder público e dos direitos fundamentais. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A atividade administrativa do Estado se organizará em sistemas, principalmente a de planejamento, a de finanças e a de administração geral.
- (B) É proibido ao Estado criar órgão, dotado de autonomia financeira e administrativa, segundo a lei, sob a denominação de órgão autônomo.

- (C) Depende de lei específica: a instituição e a extinção de autarquia, fundação pública e órgão autônomo.
- (D) Ressalvada a entidade a que se refere o § 14 do art. 36, ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com personalidade jurídica de direito público, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) As relações jurídicas entre o Estado e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão, permissão ou autorização, são regidas pelo direito público.

Letra b.

Assunto abordado: Constituição Estadual de Minas Gerais – Organização do Estado (arts. 13 a 38).

Todas as alternativas estão no art. 14 da Constituição Estadual de Minas Gerais.

Art. 14. Administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes do Estado.

§ 1º Administração pública indireta é a que compete:

- I – à autarquia, de serviço ou territorial;
- II – à sociedade de economia mista;
- III – à empresa pública;
- IV – à fundação pública;
- V – às demais entidades de direito privado, sob controle direto ou indireto do Estado.

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fóruns de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora